

A META 20 DO PNE:
ALGUMAS REFLEXÕES

Bob Verhine

Universidade Federal
da Bahia

rverhine@gmail.com

Cr terios para o sucesso do PNE:

- Comprometimento por parte do governo
- Metas claras (sem ambiguidades)
- Metas alcan aveis
- Articulado com outros segmentos do governo e da sociedade civil
- Financiamento (adequado, planej vel, monitor vel, vi vel)

META 20

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Acompanhado por 12 estratégias

Estratégias históricas:

Percentual da receita (Constituição/88)

Valores absolutos (Lei do Fundeb, 2007)

META 20: Argumentos a favor:

1. A META corrige um problema histórico no qual os gastos do Governo Brasileiro com a educação pública são poucos, tanto em relação às necessidades do setor quanto em relação à maioria dos outros países do mundo.
2. A META garante os recursos financeiros para atender as outras metas do PNE.
3. A META simboliza o compromisso da sociedade brasileira e seu governo com a melhoria da educação pública.

PIB

O **produto interno bruto (PIB)** representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc).

PIB x PNB

PIB nominal x PIB PPP (paridade de poder de compra)

Duas formas para calcular o PIB

Na óptica da despesa, o valor do PIB é calculado a partir das despesas efectuadas pelos diversos agentes económicos em bens e serviços para utilização final.

PIB = Consumo + Investimento privado + Governo + Exportações – Importações

Na óptica do rendimento, o valor do PIB é calculado a partir dos rendimentos de fatores de produção.

PIB = Salários + Juros + Rendas + Lucros

Gastos em educação (OCDE)

Gasto por aluno

Brasil - US\$ 2.985 (EF = \$2155; ES = \$10,991)

OCDE - US\$ 8.952 (EF = \$6210; ES = \$10,309)

Gastos públicos com educação aumentaram 121% de 2000 a 2008, de 10,5% a 17,4% do total de gastos públicos.

Fonte: Education at a Glance 2014, OCDE

Investimento público em educação como percentual do PIB (2010)

Cuba	12,6%
Timor Leste	10,5%
Ilhas Solomon	9,9%
São Tomé	9,5%
Dinamarca	8,3%
Finlândia	6,8%
Reino Unido	6,2%
França	5,9%
Brasil	5,8%
EUA	5,4%
Canadá	5,4%
Coreia do Sul	5,2%
Alemanha	5,1%
Chile	4,1%
Japão	3,9%

Fonte: IMF, 2012

Como alcançar a META 20:

1. Remanejamento do orçamento
2. Compartilhamento com estados e municípios
3. Aumento da receita pública (impostos/dívidas)
4. Aplicação dos royalties do Pré-Sal

Premissa: O governo pode determinar ou manipular o PIB

Porem:

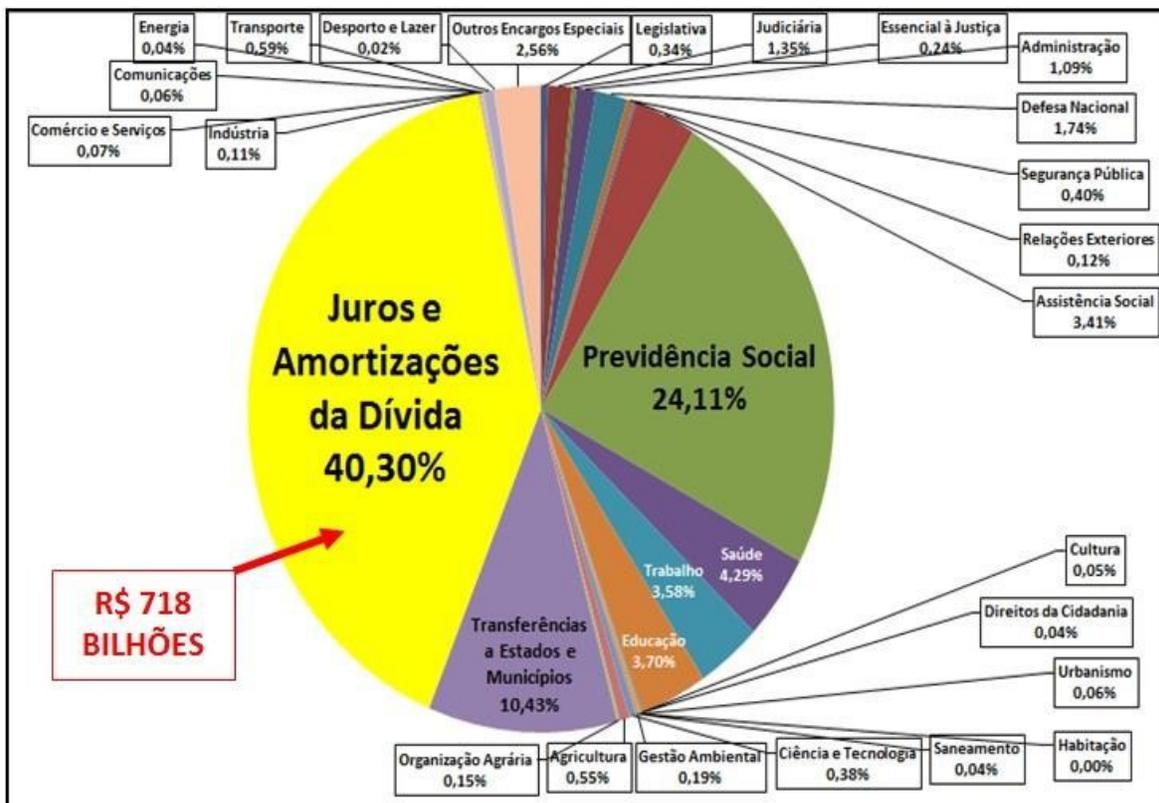
Despesas públicas constituem apenas 39,1% do PIB, com as contribuições dos governos federal, estaduais e municipais alcançando 20,0%, 11,1% e 8,0%, respectivamente.

Remanejamento do orçamento

Despesas públicas envolvem despesas fixas, tais como juros, previdência e benefícios assistenciais e trabalhistas, transferências para estados e municípios, salários do funcionalismo e obras de infraestrutura já iniciadas.

Assim, investimentos e gastos livres representam apenas 10,3% do orçamento global do governo federal.

O que deve ser remanejando no gráfico seguinte, referente ao orçamento do governo federal?



Fonte: Ministério da Fazenda

Educação = 3,7%

Saúde = 4,3%

Trabalho = 3,6%

Assistência

Social = 3,4%

Compartilhamento com estados e municípios

O compartilhamento já existe:

A contribuição do governo federal ao PIB é apenas 51,2% da contribuição total do governo (municípios = 20,5%; estados = 28,3%)

A contribuição do governo federal ao componente “educação” do PIB é apenas 24,4% da contribuição total do governo (municípios = 35,6%; estados = 40,0%).

Assim, a maior parte do aumento no investimento pública em educação teria ser assumida pelos estados e municípios. Isto é viável?

Aumento dos recursos financeiros públicos

Propostas:

Aumentar o percentual do vínculo constitucional

Elevar impostos e sua arrecadação (IR/ICMS/ITR/ITCD/IPVA/IPTU)

Criar novos impostos para educação (grandes fortunas; herança)

Introduzir CPMF (ou contribuição similar) para educação

Reduzir atuais renúncias e desonerações fiscais

Emissão de títulos públicos vinculados à educação

Limitar o pagamento de juros e encargos sociais

Novos recursos: qual a origem?

Royalties + Fundo Social

Recursos para a educação em R\$ bilhões (2014-2030)

Ano	R\$ Bilhões
2014	1,31
2016	3,75
2018	9,17
2020	17,92
2022	22,35
2024	28,34
2026	33,30
2028	39,17
2030	38,96

Fonte: Paulo César Ribeiro Lima

“Cartilha sobre o petróleo e as receitas para a educação” Mimeografado

A Meta 20 seria mais viável e acompanhável se indicasse um % da receita pública (impostos + contribuições) e/ou um valor absoluto (em termos reais) e/ou um valor/aluno.

Contingenciamento: receita total x receita tributável.

Valor aluno:

Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI):

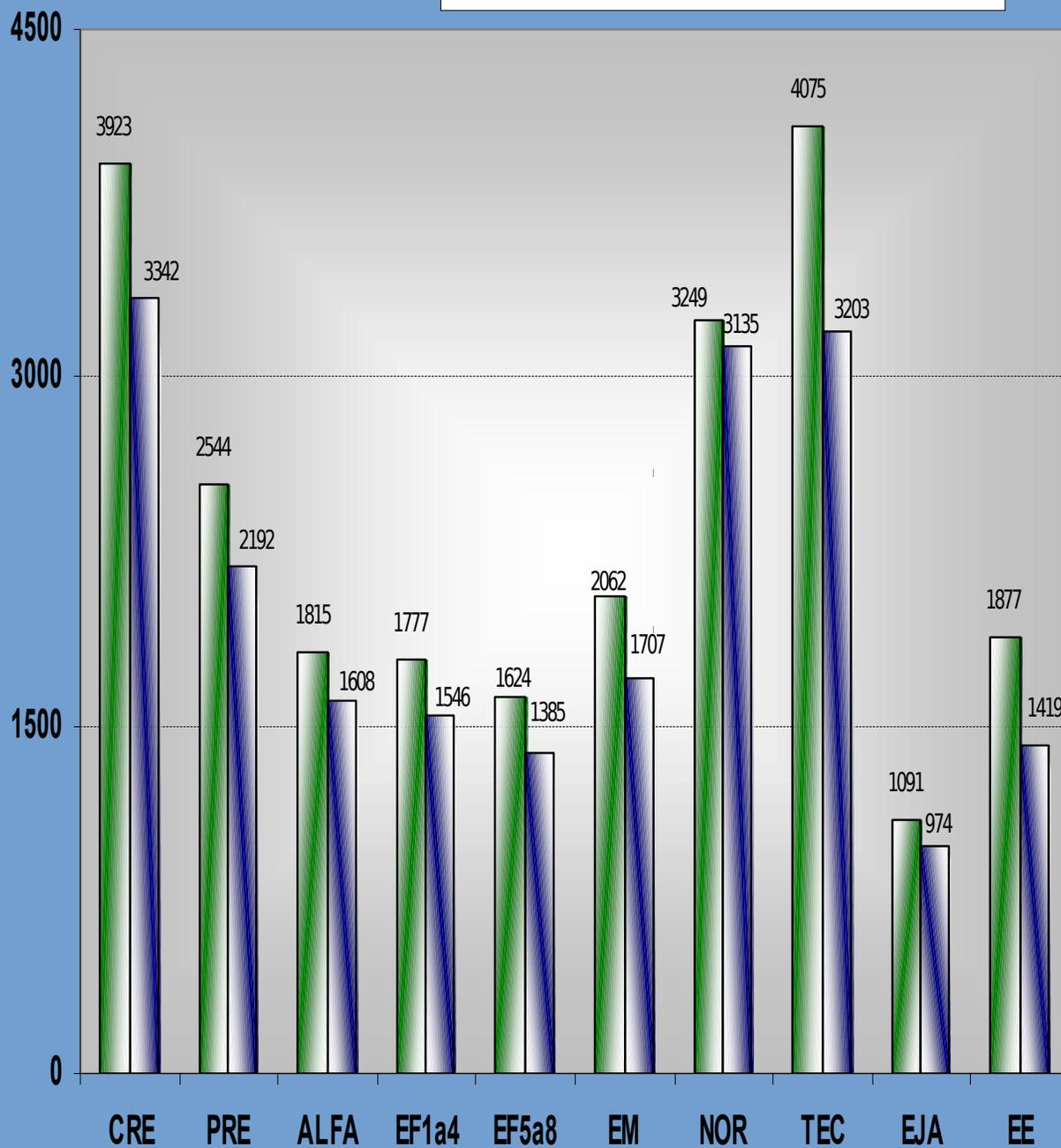
Valor por aluno correspondente a um valor mínimo de qualidade (Fundef/Fundeb).

Custo Aluno Qualidade (CAQ):

Valor por aluno necessário para atender as metas do PNE (Meta 7.36 = IDEB; Meta 13.8 = ENADE).

₺

■ Média CA_ECO ■ Média CA_MDE



Custo médio por Aluno/Ano das escolas da amostra por oferta de ensino

Conclusões:

Implicações da Meta 20 desconhecidas.

Faltam os estudos técnicos necessários.

Representa uma visão parcial e corporativista da realidade social brasileira.

Ações educacionais têm que ser complementadas por outras intervenções sociais, de forma complementar e articulada.

Sendo não alcançável, a Meta descredencia o PNE como um todo.

Não trata (e esconde) o essencial, que é a necessidade de uma quantidade maior de recursos financeiros públicos para a educação.

MUITO OBRIGADO!!!

verhine@ufba.br

rverhine@gmail.br